

Saúde, Alegria e Sustentabilidade Brasil

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações das mutações do patrimônio social	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Assurance Services Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Diretores da
Saúde, Alegria e Sustentabilidade Brasil
São Paulo – SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Saúde, Alegria e Sustentabilidade Brasil (“Entidade” ou “Associação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, demonstrações das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Saúde, Alegria e Sustentabilidade Brasil em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Exercício anterior não auditado

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Entidade em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Reapresentação das demonstrações financeiras e reemissão do relatório de auditoria

Em 11 de agosto de 2021, emitimos relatório de auditoria com ressalva sobre as demonstrações financeiras da Entidade referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota explicativa nº 20, essas demonstrações financeiras estão sendo reapresentadas para considerar evidências de auditoria adicionais providenciadas pela administração da Entidade, referentes as rubricas de receitas e custos com Serviços Voluntários em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Conseqüentemente, a ressalva relacionada com o referido assunto não é mais necessária e, portanto, nossa opinião substitui a opinião anteriormente emitida.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos

procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de dezembro de 2021.

KPMG Assurance Services Ltda.

CRC 2SP023228/O-4



Thiago Bragato

Contador CRC 1SP234100/O-4

SAUDE ALEGRIA E SUSTENTABILIDADE BRASIL

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2020	2019 (não auditado)		Nota explicativa	2020	2019 (não auditado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.554.620	170.875	Fornecedores	9	44.790	-
Adiantamentos a fornecedores	5	242.858	-	Obrigações tributárias	10	45.400	-
Outros créditos	6	4.187	-	Obrigações trabalhistas	11	199.708	-
Total do ativo circulante		1.801.665	170.875	Contas a pagar	9	27.294	60.000
				Projetos vinculados a executar	21	320.680	-
Não circulante				Total do passivo circulante		637.872	60.000
Imobilizado	7	386.183	315.400	Não circulante			
Intangível	8	200.967	55.484	Projetos vinculados a executar	21	229.025	-
Total do ativo não circulante		587.150	370.884	Total do passivo não circulante		229.025	-
				Patrimônio social			
				Patrimônio social	14	1.521.918	481.759
				Total do patrimônio líquido		1.521.918	481.759
Total do ativo		2.388.815	541.759	Total do passivo e patrimônio líquido		2.388.815	541.759

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SAUDE ALEGRIA E SUSTENTABILIDADE BRASIL

Demonstrações do resultado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

	Nota explicativa	2020	2019 (não auditado)
Receitas operacionais			
Receitas das atividades	16	3.805.868	1.220.651
Custos diretos das atividades	17	(1.428.018)	(4.389)
Resultado bruto operacional		2.377.850	1.216.262
Receita de serviços voluntários	20	986.265	-
Resultado bruto		3.364.115	1.216.262
Despesas operacionais			
Serviços voluntários	20	(986.265)	-
Despesas com pessoal	18	(1.063.758)	-
Despesas gerais e administrativas	18	(161.658)	(985.992)
Despesas tributárias	18	(4.302)	(198)
Depreciação e Amortização	18	(105.732)	(73.431)
Resultado operacional		(2.321.715)	(1.059.621)
Receitas financeiras	19	8.358	9.178
Despesas financeiras	19	(10.599)	(2.620)
Resultado financeiro		(2.241)	6.558
(=) Superávit do exercício		1.040.159	163.199

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SAUDE ALEGRIA E SUSTENTABILIDADE BRASIL**Demonstrações das mutações do patrimônio social em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais)**

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávit acumulado</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1 de janeiro de 2019 (não auditado)	318.560	-	318.560
Superávit do exercício		163.199	163.199
Transferência para o patrimônio social	163.199	(163.199)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)	<u>481.759</u>	<u>-</u>	<u>481.759</u>
Superávit do exercício		1.040.159	1.040.159
Transferência para o patrimônio social	1.040.159	(1.040.159)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>1.521.918</u>	<u>-</u>	<u>1.521.918</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SAÚDE ALEGRIA E SUSTENTABILIDADE BRASIL

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

	2020	2019 (não auditado)
Superávit do exercício	1.040.159	163.199
Depreciação e amortização	105.731	73.431
	1.145.890	236.630
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Aumento) / Redução nos ativos em		
Adiantamentos a fornecedores	(242.858)	-
Outros créditos	(4.187)	-
Aumento / (Redução) nos passivos em		
Fornecedores	44.790	-
Obrigações tributárias	45.400	-
Obrigações trabalhistas	199.708	-
Contas a pagar	(32.706)	-
Caixa líquido (utilizado nas) proveniente nas atividades operacionais	1.156.037	236.630
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(159.114)	(243.600)
Aquisição de intangível	(162.883)	(30.000)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(321.997)	(273.600)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Projetos vinculados a executar	549.705	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	549.705	-
Aumento / (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	1.383.745	(36.970)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	170.875	207.846
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	1.554.620	170.875
Aumento / (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	1.383.745	(36.970)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Saúde Alegria e Sustentabilidade Brasil (“SAS Brasil” ou “Entidade”), iniciou suas atividades no ano de 2013, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, sem vínculos político-partidária nem distinção de credo, raça, etnia, classe, orientação sexual e gênero, constituída sob forma de Entidade, com duração por tempo indeterminado, com sede e foro no município de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Claudio Soares, 72 – conjunto 211 – Pinheiros, CEP 05422-030 – São Paulo/SP.

A finalidade da SAS Brasil é (i) promover o acesso à saúde e assistência social, junto a população carente em território nacional, por meio de unidades moveis montadas sobre contêineres ou carretas adaptada com consultórios médicos completos, atendendo as especialidades de ginecologia, dermatologia, oftalmologia, odontologia, saúde mental e saúde veterinária (ii) promover acesso à educação sobre a saúde e sustentabilidade, (iii) estimular a cultura do colaborativíssimo para a transformação social e (iv) promover a arte e a cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico.

As principais fontes de recursos são oriundas de doações de pessoas físicas e jurídicas, de companhias mantenedoras de convênios e patrocínio de projetos nacionais, das doações e subvenções recebidas por quaisquer outras rendas, diretas ou indiretas, por ela auferidas.

A Entidade é qualificada com Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) conforme de termina a Lei 9.790/99, estando sua atividade abrangida pela isenção tributária nos termos da Lei 9.532/97. Sua qualificação foi formalizada por Despacho da Secretaria Nacional de Justiça, órgão integrante do Ministério da Justiça.

Atualmente conta também com sistema de inovações da tecnologia para garantir o atendimento à população carente por meio remoto.

A Entidade está tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos de disseminação do coronavírus (COVID-19), de acordo com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde locais e seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS), visando minimizar impactos à saúde e segurança de seus funcionários, familiares, parceiros e comunidades, bem como a continuidade de todas as suas operações.

Entre as medidas adotadas pela Entidade destacam-se o atendimento à distância, via telemedicina, com uma plataforma própria e prontuário eletrônico que garante o sigilo dos dados dos pacientes, e assim garantindo a segurança dos atendidos e seus profissionais, foram cancelados os eventos internos e viagens, mas os atendimentos acabaram sendo feitos por meios eletrônicos de comunicação e flexibilizando rotinas de trabalho para evitar aglomerações.

Com a inovação dos atendimentos à distância a Entidade se tornou uma das instituições de saúde com referência no combate a COVID-19 garantindo o acesso à saúde no Brasil.

2. Base de preparação

a. Reapresentação da informação financeira divulgada anteriormente

As demonstrações Financeiras da entidade relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, aprovadas originalmente para emissão em 11 de agosto de 2021, estão sendo reapresentadas em decorrência da disponibilização aos auditores independentes da documentação suporte relacionada aos registros contábeis da rubrica de "Receita de Serviços Voluntários" (Nota Explicativa 3.7), eliminando assim as limitações que culminaram na impossibilidade do auditor independente concluir seus procedimentos de auditoria na referida rubrica. Conseqüentemente, a ressalva incluída no relatório de auditoria emitido pelo auditor independente em 11 de agosto de 2021 relacionada com o referido assunto não é mais aplicável.

Não houve ajustes nas demonstrações financeiras originalmente aprovadas em decorrência desse assunto.

A reapresentação das demonstrações financeiras da entidade, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi autorizada pela Administração em 17 de dezembro de 2021.

b. Declaração de conformidade

As demonstrações Financeiras da SAS Brasil foram preparadas de acordo com as práticas Financeiras adotadas no Brasil aplicáveis a Pequenas e Médias Empresas.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 11 de agosto de 2021.

c. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

d. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

e. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas financeiras e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3 Principais práticas financeiras

As principais práticas financeiras aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são apresentadas a seguir. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1 Instrumentos Financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Recursos vinculados

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às obrigações de projetos relacionados aos contratos de parceria e outros ajustes que lhe deram origem.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, contas a pagar e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2020 e 2019, incluindo operações de hedge.

3.2 Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os valores recebidos e empregados de Projetos originados de contratos com intuições privadas, são registrados da seguinte forma:

a. Recebimento dos recursos: Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos e o crédito de projetos vinculados a executar no passivo circulante e não circulante, a depender do prazo do contrato.

b. Custos diretos de projetos: Quando ocorrem os gastos dos Projetos, são reconhecidos os custos correspondentes, sendo os custos reconhecidos em contrapartida ao débito do passivo de projetos a executar.

3.3 Ativo Imobilizado

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Equipamentos para processamento de dados	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas Financeiras.

3.4 Ativo Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

As vidas úteis estimadas dos itens registrados como ativo intangível são as seguintes:

Softwares	5 anos
-----------	--------

3.5 Redução ao valor recuperável

a. Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

3.6 Provisões e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.7 Receitas e Despesas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1)-Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive dos membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de “Receitas com Serviços Voluntários” em contrapartida nas “Custo com Serviços Voluntários”.

3.8 Aspectos tributários

As contribuições previdenciárias, na parte dos empregados, e os demais encargos sociais e tributários sobre a folha de pagamento (INSS, FGTS, IRRF e PIS), os impostos e as contribuições sobre serviços de terceiros (INSS, IRRF) são recolhidos com base na legislação e nas alíquotas vigentes.

A Entidade possui o título de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSICIP), certificado emitido pelo poder público federal ao comprovar o cumprimento de certos requisitos, especialmente aqueles derivados de normas de transparência administrativas. Em contrapartida, podem celebrar com o poder público os chamados termos de parceria, que são uma alternativa interessante aos convênios para ter maior agilidade e razoabilidade em prestar contas.

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza).
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Banco conta corrente	40	10
Aplicações financeiras – recursos sem restrição	1.004.875	170.865
Aplicações financeiras – recursos com restrição	549.705	-
	<u>1.554.620</u>	<u>170.875</u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A seguir, as aplicações financeiras detalhadas por tipo de operação:

<u>Tipo de aplicação</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
CDB ^(I)	201.710	16.685
Fundos de investimento ^(II)	1.352.870	154.180
	<u>1.554.620</u>	<u>170.865</u>

^(I) Certificado de depósito bancário (CDB). A taxa média anual de juros é de 100% do CDI (certificado de depósito interbancário) em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

^(II) A taxa média de rentabilidade dos últimos 12 meses é de 2,23% em 31 de dezembro de 2020 e de 5,04% em 31 de dezembro de 2019.

5. Adiantamentos a fornecedores

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Adiantamentos a fornecedores ^(*)	242.858	-
	<u>242.858</u>	<u>-</u>

^(*) Os valores correspondem substancialmente ao adiantamento aos fornecedores para confecção das unidades de teleatendimento.

6. Outros créditos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Tributos a Recuperar (a)	1.452	-
Prêmios de seguros a apropriar	2.735	-
	<u>4.187</u>	<u>-</u>

(a) São referentes ao PIS e COFINS sobre as verbas trabalhistas.

7. Imobilizado

	Equipamentos para Processamento de Dados	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	TOTAL
Custo					
Saldo em 01 de janeiro de 2019	-	85.176	-	108.000	193.176
Adições	-	-	-	273.600	273.600
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	85.176	-	381.600	466.776
Adições	16.787	140.666	1.661		159.114
Saldo em 31 de dezembro de 2020	16.787	225.842	1.661	381.600	625.890
Depreciação acumulada					
Saldo em 01 de janeiro de 2019	-	(21.494)	-	(60.968)	(82.461)
Adições	-	(8.518)	-	(60.397)	(68.915)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(30.011)	-	(121.365)	(151.376)
Adições	(677)	(11.299)	(35)	(76.320)	(88.331)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(677)	(41.311)	(35)	(197.685)	(239.707)
Imobilizado líquido em 31/12/2019	-	55.165	-	260.235	315.400
Imobilizado líquido em 31/12/2020	16.110	184.532	1.626	183.915	386.183

8. Intangível

Custo		Software
Saldo em 01 de janeiro de 2019		-
Adições		60.000
Saldo em 31 de dezembro de 2019		60.000
Adições		162.883
Saldo em 31 de dezembro de 2020		222.883
Amortização acumulada		Software
Saldo em 01 de janeiro de 2019		-
Adições		(4.516)
		17

Saldo em 31 de dezembro de 2019	(4.516)
Adições	(17.400)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(21.917)

Intangível líquido em 31/12/2019	55.484
Intangível líquido em 31/12/2020	200.967

9. Contas a pagar

	2020	2019
Fornecedores	44.790	-
Contas a pagar	27.294	60.000
	72.084	60.000

10. Obrigações tributárias

	2020	2019
IRRF sobre folha	39.336	-
IRRF sobre serviços tomados	770	-
Pis sobre folha	1.133	-
Contribuições sobre serviços tomados	2.406	-
INSS sobre serviços tomados	253	-
ISS sobre serviços tomados	1.502	-
	45.400	-

11. Obrigações trabalhistas

	2020	2019
Salários	53.928	-
Pró-labore	55.995	-
FGTS	5.196	-
INSS	57.176	-
Férias	20.546	-
Encargos sobre férias	6.867	-
	199.708	-

12. Provisão para contingências

O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação no fim de cada período, levando-se em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação, suportada na opinião de consultores jurídicos. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Entidade não possuía nenhum processo (cível, trabalhista ou tributário).

13. Partes relacionadas - Remuneração da Administração

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de agosto de 2020, através de votação da diretoria executiva e seus conselheiros, foi estabelecida remuneração por hora efetivamente trabalhada na gestão executiva da entidade, em consonância com a Lei 9.790/99 Art. 4º Item VI.

O valor referente ao pró-labore foi de R\$ 55.995 em 31 de dezembro de 2020. Não houve desembolso dessa natureza em 31 de dezembro de 2019.

14. Patrimônio social

O patrimônio social é composto, substancialmente, pelo patrimônio social no montante de R\$ 1.521.918 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 481.759 em 31 de dezembro de 2019) e pelos déficits/superávits apurados anualmente, aprovados pela Assembleia Geral e as doações de bens patrimoniais, quando aplicável.

15. Instrumentos Financeiros

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos onde, os resultados obtidos, são razoáveis com as expectativas da Administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidos no resultado. A Entidade não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas associadas a esses instrumentos. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

16. Receitas operacionais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Convênio ⁽ⁱ⁾	11.008	-
Doações – Pessoa Física ⁽ⁱⁱ⁾	396.644	427.577
Doações – Pessoa Jurídica ⁽ⁱⁱ⁾	1.263.706	775.325
Patrocínio ⁽ⁱ⁾	2.114.287	17.740
Outras receitas	20.223	9
	<u>3.805.868</u>	<u>1.220.651</u>

⁽ⁱ⁾ Receitas de convênio e patrocínio: estão atreladas a contratos firmados com pessoas jurídicas onde há repasse de valores à Entidade em troca de desenvolvimento de atividades pré-estabelecidas em contrato. Os repasses geralmente são realizados à vista ou em curto período de tempo e as receitas são registradas no decorrer do desenvolvimento dos projetos competência de sua realização, respeitando os prazos estabelecidos em contrato e, portanto, gerando, quando aplicável, um passivo de “projetos vinculados a executar” (vide nota explicativa nº 21).

⁽ⁱⁱ⁾ Receitas de doação: referem-se aos valores de doações de pessoas físicas e jurídicas.

17. Custos diretos das atividades

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Subvenções, Contribuições e Doações	-	(4.389)
Logística	(175.518)	-
Saúde	(234.347)	-
Comunicação	(138.831)	-
Tecnologia da informação	(147.723)	-
Aquisição de equipamentos	(194.229)	-
Matérias de consumo	(49.726)	-
Equipe de apoio	(194.464)	-
Equipe administrativa	(293.180)	-
	<u>(1.428.018)</u>	<u>(4.389)</u>

Saúde Alegria e Sustentabilidade Brasil
Demonstrações Financeiras referentes ao
exercício findo em 31 de dezembro de 2020

18. Despesas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas com pessoal	(1.063.758)	-
Propaganda e publicidade	(1.431)	(11.947)
Viagens e representações	(2.788)	(112.762)
Ocupação	(24.881)	(10.634)
Utilidades e serviços	(4.103)	-
Despesas com veículos	(3.260)	(80.649)
Despesas gerais	(125.195)	(770.000)
Despesas tributárias	(4.302)	(198)
Depreciação e amortização	(105.732)	(73.431)
	<u>(1.335.449)</u>	<u>(1.059.621)</u>

19. Resultado financeiro

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Rendimentos aplicação financeira	7.626	9.178
Descontos obtidos	580	-
Juros ativos	152	-
	<u>8.358</u>	<u>9.178</u>
Juros ativos	(5.455)	-
Despesa bancária	(5.098)	(2.620)
IR aplicação financeira	(46)	-
	<u>(10.599)</u>	<u>6.558</u>
	<u>(2.241)</u>	<u>6.558</u>

20. Serviços Voluntários

Os serviços voluntários são quantificados com base na atividade do voluntário. O valor dos serviços voluntários é registrado na receita e custo na rubrica de Serviços Voluntários, sendo que a SAS Brasil reconheceu o montante de R\$ 986.265 em 31 de dezembro de 2020. Não houve registro em 31 de dezembro de 2019 referente a serviços voluntários.

21. Recursos de projetos

a. Projetos a executar

Referem-se a adiantamentos de projetos realizados por meio de convênios e patrocínios, sob os quais os recursos estão mantidos em conta corrente ou em aplicações financeiras. A receita proveniente destes projetos é reconhecida de acordo com o desenvolvimento do projeto e a apropriação dos custos conforme a realização dos projetos, de acordo com o regime de competência. Os saldos de recursos de projetos a executar é de R\$ 549.705 em 31 de dezembro de 2020. Não havia saldo em 31 de dezembro de 2019.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Projetos vinculados a executar	549.705	-
	<u>549.705</u>	<u>-</u>
Circulante	320.680	-
Não circulante	229.025	-
	<u>549.705</u>	<u>-</u>

b. Projetos executados em 2020

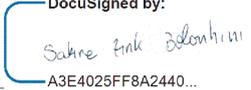
Tipo de contrato	Contraparte	Data inicial da vigência	Data final da vigência		
				31/12/2020	31/12/2019
Patrocínio	Produtos Roche Químicos	18/05/2020	30/07/2020	85.000	-
Patrocínio	FioTec	24/07/2020	24/10/2020	830.000	-
Patrocínio	FioTec	25/10/2020	22/12/2020	1.070.000	-
Patrocínio	Fabio Colletti	01/09/2020	01/09/2021	70.000	-
Patrocínio	Produtos Roche Químicos	01/09/2020	01/09/2021	320.000	-
Convênio	SLMandic	25/10/2020	25/10/2025	300.000	-
				2.675.000	-

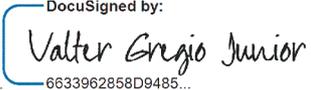
c. Receita reconhecida referente aos projetos executados em 2020

Tipo de contrato	31/12/2020	31/12/2019
Patrocínio	2.114.287	-
Convênio	11.008	-
	2.125.295	-

22. Eventos subsequentes

Não foram identificados eventos subsequentes entre a data de divulgação e a data-base do relatório, que pudessem impactar as demonstrações financeiras.

DocuSigned by:

 A3E4025FF8A2440...
SABINE ZINK BOLONHINI
CPF: 344.727.318-60
PRESIDENTE

DocuSigned by:

 6633962858D9485...
VALTER GREGIO JUNIOR
CRC: 1SP245209/O-3
CPF: 213.462.528-74
CONTADOR